



Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO

QUINZENAL - Nº 459

Mais transparência

O Tribunal de Contas deu um prazo de 10 dias para que os prefeitos dos 184 municípios pernambucanos encaminhem informações sobre as ações de combate ao coronavírus que estão sendo implementadas nas áreas de saúde e assistência social. A resposta será dada por meio de um questionário, que aborda o plano de contingência, treinamento das equipes de saúde, contratações/aquisições, entre outros. A omissão no envio dos dados, bem como remessa de declaração falsa, pode resultar em penalidades para os gestores.

Fiscalização Covid-19

Desde os primeiros casos de Covid-19 em Pernambuco, o Tribunal de Contas tem acompanhado de perto as ações implementadas pelo Poder Público de assistência à população. As equipes de auditoria vêm realizando visitas técnicas



aos hospitais provisórios instalados no Recife e Região Metropolitana, de responsabilidade do Governo do Estado ou sob gestões municipais. Em todas as unidades visitadas, verificou-se, entre outros, que o número de leitos ativos de UTI e clínicas estava abaixo do previsto nos contratos de gestão.

Auditorias no Recife

No Recife foram instauradas duas auditorias especiais, sob a relatoria do conselheiro Carlos Neves, para apurar contratações emergenciais realizadas pela prefeitura, analisar os processos de dispensa de licitação e respectiva execução contratual das Organizações Sociais responsáveis pela gestão dos hospitais de campanha. O valor de recursos auditados até agora é da ordem de R\$ 54 milhões. Os relatórios de auditoria devem ser concluídos em breve.

Reforço na parceria

TCE, MPCO e Polícia Civil de Pernambuco, por meio do Departamento de Repressão ao Crime Organizado - DRACO, criaram uma força-tarefa para fiscalizar o repasse de verbas do Ministério da Saúde a diversos municípios pernambucanos, para ações de combate à COVID-19. A parceria vai atuar tanto na prevenção, como na repressão dos eventuais usos indevidos dos recursos públicos.

Alertas à Secretaria de Saúde

Com base em representação interna do Ministério Público de Contas, o conselheiro Carlos Porto emitiu Alerta de Responsabilização à Secretaria de Saúde do Estado, chamando a atenção para a falta de transparência e de uma regulação unificada dos leitos clínicos e de unidades de terapia intensiva, destinados aos pacientes infectados pela Covid-19. As irregularidades foram identificadas por meio de auditoria realizada pela equipe técnica do TCE.



FOTO: MARILIA AUTO

O conselheiro, que é relator das contas da Secretaria de Saúde do Estado, também alertou o secretário André Longo sobre um possível sobrepreço na compra de 10 equipamentos Raio-X portátil, e pediu que a secretaria adotasse medidas mais rigorosas para o acompanhamento das despesas realizadas.

Hospital do Cabo

A gestora do Fundo Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho também foi alertada pelo conselheiro Valdecir Pascoal, relator das contas do município, sobre indícios de irregularidades na contratação de empresa para locação da estrutura que servirá ao Hospital de Campanha da cidade. De acordo com o despacho técnico elaborado pelos auditores, alguns itens da planilha contratada estão acima do valor de mercado, ou não foram devidamente orçados e detalhados no Termo de Referência, resultando em sobrepreço.



Licitação suspensa

A conselheira Teresa Duere expediu cautelar determinando a suspensão do processo de concorrência para reestruturação e modernização do estádio municipal de Goiana. A decisão teve por base representação interna do Ministério Público de Contas. A procuradora-geral, Germana Laureano, alegou que a licitação e a continuidade do processo, em plena pandemia da Covid-19, afrontam as diretrizes firmadas nas recomendações conjuntas do TCE e MPCO feitas aos gestores, no sentido de priorizar as ações na área de saúde e assistência social.

Ampliação das sessões

O TCE ampliou o número de sessões das Câmaras para atender à demanda de processos, tanto os relativos à Covid-19, quanto aos ordinários, referentes às demais modalidades da Casa. As sessões passaram a ocorrer todas as terças e quintas-feiras, sendo a da Primeira Câmara com início às 15h e a da Segunda às 10h. O Pleno seguirá funcionando todas as quartas-feiras a partir das 10h. Lembrando que todas as sessões estão sendo transmitidas ao vivo pelo canal da TV TCEPE no Youtube.



www.tce.pe.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Diretoria de Comunicação | 81 3181.7671 | imprensa@tce-pe.gov.br
Ouvidoria | 0800 081 1027